

## Partilha das verbas da PAC com a floresta para pagamentos diretos gera desconforto na agricultura

Págs. IV e V



### Destaques

**Docapesca investe 1,2 milhões no porto de Sesimbra**

Pág. II

**Produtores de leite "muito preocupados" com "acentuada redução das ajudas" ao setor**

Págs. IV e V

### Destaques

**Ministério da Agricultura processou mais pagamentos diretos com recurso às verbas da nova PAC**

Págs. VI e VII

**João Mateus é o novo presidente do IFAP**

Pág. VIII



# Exportações do agroalimentar crescem em contraciclo

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Os dados revelados em dezembro pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) surpreenderam os operadores do setor agrícola e agroalimentar. Em contraciclo com os restantes setores da atividade económica, e apesar dos efeitos provocados pela crise pandémica da Covid-19, as exportações do agroalimentar mantiveram, em 2020, uma trajetória de crescimento. Demonstraram uma subida de "6,1% em outubro de 2020 face ao mês de setembro".

Também no acumulado, ou seja, de 1 de janeiro a 31 de outubro de 2020, quando comparado com o período homólogo, o INE diz que "os dados são positivos, com um crescimento das exportações de 2,7%".

Olhando apenas para a agricultura, o INE diz que o crescimento é ainda maior. No acumulado de janeiro a outubro de 2020, quando comparado com o mesmo período de 2019, "as exportações aumentaram 6,6%".

O Ministério da Agricultura, que divul-

gou os dados, refere que, analisando estes números do complexo agroalimentar por tipo de produto – no acumulado de janeiro a outubro, quando comparado com o mesmo período do ano passado –, verificamos que os "açúcares e produtos de confeitaria" (39,3%), as "sementes e frutos oleaginosos" (37,9%) e as "carnes, miudezas e comestíveis" (15,4%) foram os grupos de produtos que

mais cresceram em



percentagem. Por sua vez, em valor, as "frutas" e as "gorduras e óleos" aumentaram 65,6 milhões de euros e 63,4 milhões de euros respetivamente.

Por outro lado, ao analisar as expor-

tações comparando o mês de outubro de 2020 com o mês homólogo de 2019, verificamos que um dos grupos de produtos agrícolas que mais cresceram foi o das "plantas vivas e produtos de floricultura", com um crescimento de 32,6%, seguido dos "animais vivos" (11,2%) e o das "carnes e miudezas comestíveis" (5,7%).

Maria do Céu Antunes, ministra da Agricultura, considera que estes dados "demonstram, mais uma vez, a resiliência e a capacidade de trabalho dos agricultores portugueses e de todo o setor agroalimentar".

Contudo, e apesar dos números positivos, o INE deixa um alerta: o rendimento gerado pela atividade agrícola deverá diminuir 3,3% em 2020, face a 2019. As razões prendem-se com os efeitos da pandemia

Covid-19, verificando-se "um impacto negativo na produção vegetal, sobretudo dos produtos mais perecíveis ou sensíveis a transporte e armazenamento ou pelas alterações nos padrões de consumo decorrentes do confinamento".

# Portugal perdeu 15,5 mil explorações agrícolas em 10 anos

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgou em dezembro os primeiros resultados de âmbito nacional do Recenseamento Agrícola 2019 (RA 2019), cuja recolha de informação decorreu entre outubro de 2019 e novembro de 2020.

No RA 2019 foram recenseadas 290 mil explorações, menos 15,5 mil que em 2009 (-5%). Contudo, a superfície agrícola utilizada (SAU) aumentou 7%, passando a ocupar 3,9 milhões de hectares (43% da superfície territorial). Também a dimensão média das explorações agrícolas aumentou, para 13,6 hectares de SAU por exploração (+1,6 hectares de SAU do que em 2009).

Segundo o INE, na última década, a utilização das terras agrícolas alterou-se, verificando-se um decréscimo de 12% nas terras aráveis, mais que compensado pelos expressivos aumentos das áreas das culturas permanentes (+24%) e das pastagens permanentes (+14%). Assistiu-se, também, a "uma forte aposta na instalação, modernização e rega de olivais e pomares, principalmente de frutos pequenos de baga, subtropicais e amendoais".

A produção pecuária registou, assim, "uma evidente reestruturação, que levou ao abandono de pequenos produtores e ao aumento generalizado da dimensão média do efetivo por exploração", refere o INE.

Em linha com estes dados, o INE constata que "a empresarialização da agricultura cresceu, com a duplicação em dez anos do número de sociedades agrícolas", que ganharam importância na estrutura produtiva, passando a explorar 36% da SAU (27% em 2009) e a produzir 56% dos efetivos pecuários (41% em 2009).

Por contraponto, na agricultura de cariz familiar, o processo de envelhecimento não abrandou, passando a idade média dos produtores singulares para os 62 anos (mais 2 anos que em 2009).

Recorde-se que Portugal aprovou em 2018 o Estatuto de Agricultura Familiar (Decreto-Lei n.º 64/2018, de 7 de agosto), que foi entretanto regulamentado através da Portaria n.º 73/2019, de 7 de março, que entrou em vigor no dia 8.

No final de março de 2021 serão disponibilizados os resultados definitivos do Recenseamento Agrícola 2019, até ao nível geográfico da freguesia, e será editada uma publicação de análise da informação a divulgar no portal do INE.

# Docapesca investe 1,2 milhões no porto de Sesimbra

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A Docapesca, empresa do setor empresarial do Estado tutelada pelo Ministério do Mar, que tem a seu cargo, no continente, o serviço da primeira venda de pescado e o apoio ao setor da pesca e respetivos portos, vai investir 1,2 milhões de euros no porto de Sesimbra.

Em causa está o concurso, agora lançado, para a construção de dois edifícios, independentes - o pavilhão da lota do cerco e o pavilhão da escolha

e acondicionamento de pescado - para apoio à pesca do cerco naquele porto. Destinam-se à trasfega de pescado, a sua preparação e encaminhamento para a lota. O preço base é de 1,23 milhões de euros.

De acordo com informação enviada pela Docapesca, a área de construção total é de 2.950 metros quadrados, sendo a área de implantação de 1.870 metros quadrados. A área de construção encerrada ascende a 1.700 metros quadrados, enquanto a área exterior coberta totaliza 1.050 metros quadrados.

A obra inclui ainda instalações sanitárias, portaria e controlo de acesso, bem como os balneários de apoio à portaria, um cais elevado para carga de camiões TIR, a pavimentação do arruamento sob a pala, uma plataforma de acesso pedonal para visualização do interior da nave do cerco e alpendre na frente de cais marítimo.

Será implantada, a 4,5 metros de altura, uma pala sobre o arruamento que divide os dois pavilhões para proteção do percurso do pescado, evitando a sua contaminação pela chuva ou dejetos de aves.

## Volume de pescado transacionado em queda

A Docapesca dispõe de 22 lotas e 37 postos. Os dados enviados à "Vida Económica", ainda provisórios, quanto às transações de pescado no ano que findou revelam que, em 2020, foram transacionados 90.681.316 quilos de pescado nas lotas do continente português. "Sesimbra foi a principal lota, representando 22% do total".

Estes números – 90.681.316 quilos –, embora provisórios, revelam, contudo, quebras consideráveis face aos de 2019 e 2018, anos em que a Docapesca reportou, respetivamente, 112,6 mil toneladas e 99,7 mil toneladas de

pescado comercializado nas lotas portuguesas (continente).

A empresa não revela, para já, o valor das transações realizadas em 2020. Porém, em 2019, a Docapesca comunicou que o valor do pescado transacionado nas lotas e postos de Portugal continental sob a sua gestão "atingiu o valor histórico de 212,3 milhões de euros em 2019", o que representou um crescimento de 3,3% em comparação com os 205,5 milhões do ano transato (2018).

Por lotas, em 2019 a de Peniche tinha sido responsável por um valor de vendas de 31,9 milhões de euros,

seguido-se Sesimbra (29,4 milhões), Matosinhos (24,6 milhões) Aveiro (17,7 milhões) e Vila Real de Santo António (14 milhões). Não foram ainda divulgados os números de 2020.

Já quanto à quantidade de pescado transacionado em 2019 por lotas, as cinco principais foram Sesimbra (29.968 toneladas), Matosinhos (12.886), Peniche (11.744), Aveiro (10.447) e Sines (7.239). Relativamente a 2020 ainda não há números. A Docapesca apenas revela que Sesimbra comercializou "22% do total" do total do pescado nacional no continente português.

# Presidência portuguesa da UE: ministra da Agricultura quer acordo interinstitucional para a PAC na primavera de 2021

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Portugal assumiu a 1 de janeiro, pela quarta vez desde a sua adesão, em 1986, a presidência rotativa do Conselho da União Europeia, à qual impôs o lema "Tempo de Agir: por uma recuperação justa, verde e digital", aprovado em Conselho de Ministros a 17 de dezembro.

Alinhado com os objetivos da Agenda Estratégica da União Europeia, o programa da presidência portuguesa da UE (PPUE) integra três grandes prioridades: promover uma recuperação europeia alavancada pelas transições climática e digital; concretizar o pilar social da União Europeia como elemento essencial para assegurar uma transição climática justa e inclusiva; reforçar a autonomia estratégica de uma Europa aberta ao mundo.

Estas prioridades serão, por sua vez, desenvolvidas através de cinco linhas de ação, nas quais se integram as prioridades específicas, nomeadamente para a agricultura. São elas: Europa Resiliente - Promover a recuperação, a coesão e os valores europeus; Europa Verde - Promover a UE como líder na ação climática; Europa Digital - Acelerar a transformação digital ao serviço de cidadãos e empresas; Europa Social - Valorizar e reforçar o modelo social europeu; Europa Global - Promover uma Europa aberta ao mundo.

## "Obter um acordo interinstitucional na primavera de 2021"

No âmbito da Agricultura, o Programa Nacional da PPUE estabelece, em coerência com a execução da Agenda Estratégica 2019-2024, como prioridades, a Política Agrícola Comum (PAC), o Desenvolvimento rural, a Segurança alimentar e a Inovação na agricultura.

A "Vida Económica" questionou a

**Uma das prioridades da presidência portuguesa da UE é atender ao contributo da Estratégia do 'Farm to Fork', sobretudo na área da segurança dos alimentos**

ministra da Agricultura sobre essas prioridades e sobre os avanços que quer imprimir durante os próximos seis meses.

"A presidência portuguesa desenvolverá a sua ação tendo como visão o seu contributo para a recuperação europeia", garante Maria do Céu Antunes, salientando cinco eixos principais: uma Europa Resiliente; uma Europa Social; uma Europa Verde; uma Europa Digital; uma Europa Global.

A governante explica que "as prioridades inserem-se no âmbito do capítulo Europa Verde. "Destaco duas: [a primeira é] a conclusão da negociação da PAC. É nossa intenção obter um acordo interinstitucional na primavera de 2021, 'timing' adequado, tendo em vista que todos pretendemos a plena implementação da reforma da PAC em janeiro de 2023".

A segunda prioridade estabelecida pelo Governo em matéria de agricultura é a segurança alimentar. E, "neste contexto, atenderemos ao contributo da Estratégia do 'Farm to Fork' ['Do Prado ao Prato, na designação adotada para Portugal'] nomeadamente nas áreas da segurança dos alimentos", diz Maria do Céu Antunes. A governante revela à "Vida Económica": "Pretendemos, nomeadamente, propor um debate sobre o reforço das medidas de proteção fitossanitária, alternativas ou complementares da luta química, promovendo a luta biológica".

Numa recente videoconferência de imprensa conjunta com a sua homóloga alemã, a ministra da Agricultura e Pescas,

Julia Klockner, Maria do Céu Antunes reconheceu que o calendário para a reforma da PAC é "exigente". Ainda assim, afirmou que quer ter as negociações concluídas na primavera deste ano.

## PAC: "um calendário exigente de discussões"

"Sabemos que temos um calendário muito exigente, mas queremos fechar o acordo na primavera de 2021", disse a governante, dando como certo que a nova PAC passe a ser executada a partir de janeiro de 2023. E essa PAC, acrescentou, terá de ser "mais justa, com transição para uma agricultura mais 'verde', que garanta rendimento aos agricultores e os preços mais justos dos alimentos aos consumidores".

Questionada pela "Vida Económica" sobre se essa negociação ficará, de facto, concluída até junho 2021, Maria do Céu Antunes assegurou: "Nos próximos seis meses estaremos empenhados na conclusão da reforma da PAC, que é fundamental para garantirmos a resiliência do setor agrícola e uma transição justa para uma arquitetura mais 'verde', com produção de rendimento, onde os alimentos cheguem a preços justos aos nossos consumidores".

Assumindo que Portugal está perante negociações que "exigem um calendário muito exigente de discussões", a ministra da Agricultura garantiu: "É nossa intenção obter um acordo interinstitucional na primavera de 2021, tendo em



"Pretendemos propor um debate sobre o reforço das medidas de proteção fitossanitária, alternativas ou complementares da luta química, promovendo a luta biológica", revela a ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes.

vista que todos pretendemos a plena implementação da reforma da PAC em janeiro de 2023".

Recorde-se que as regras da PAC atualmente em vigor expiraram a 31 de dezembro de 2020, estando agora em vigor regras transitórias até dezembro de 2022.

## Nova PAC UE-27: 348,3 mil milhões de euros até 2027

### Quadro financeiro plurianual (QFP) 2021-2027 dotações totais por rubrica\*

O orçamento global da PAC até 2027 deverá fixar-se nos 348,3 mil milhões de euros para os 27 Estados-membros, a preços constantes (391,4 mil milhões de euros a preços correntes).

Este montante inclui o somatório de 258,3 mil milhões de euros (290,7 mil milhões a preços correntes) para o Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA – pagamentos diretos e despesas de mercado) e de 90 mil milhões de euros (100,7 mil milhões a preços correntes) para o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER – Desenvolvimento Rural).

Por sua vez, o instrumento de recuperação da União Europeia 'Next Generation' para 2021 e 2022 contempla, para a agricultura, 8.070 milhões de euros, dos quais Portugal deverá receber 354 milhões através do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), a designação adotada para Portugal.

	QFP	Next Generation EU	TOTAL
1. Mercado único, inovação e digitalização	132,8 mil milhões de EUR	10,6 mil milhões de EUR	143,4 mil milhões de EUR
2. Coesão, resiliência e valores	377,8 mil milhões de EUR	721,9 mil milhões de EUR	1 099,7 mil milhões de EUR
3. Recursos naturais e ambiente	356,4 mil milhões de EUR	17,5 mil milhões de EUR	373,9 mil milhões de EUR
4. Migração e gestão das fronteiras	22,7 mil milhões de EUR	-	22,7 mil milhões de EUR
5. Segurança e defesa	13,2 mil milhões de EUR	-	13,2 mil milhões de EUR
6. Países vizinhos e resto do mundo	98,4 mil milhões de EUR	-	98,4 mil milhões de EUR
7. Administração pública europeia	73,1 mil milhões de EUR	-	73,1 mil milhões de EUR
<b>TOTAL QFP</b>	<b>1 074,3 mil milhões de EUR</b>	<b>750 mil milhões de EUR</b>	<b>1 824,3 mil milhões de EUR</b>

Fonte: Comissão Europeia ([https://ec.europa.eu/info/strategy/recovery-plan-europe\\_pt](https://ec.europa.eu/info/strategy/recovery-plan-europe_pt))

Todos os montantes são expressos em milhares de milhões de euros, a preços constantes de 2018.

\* Os montantes incluem o reforço específico de dez programas num total de 15 mil milhões de euros, em comparação com o acordo de 21 de julho de 2020. Os programas são: Horizonte Europa, Erasmus+, UE pela Saúde, Fundo para a Gestão Integrada das Fronteiras, Direitos e Valores, Europa Criativa, InvestEU, Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira e a ajuda humanitária.



# Partilha das verbas da PAC com a floresta para pagamentos diretos gera desconforto na agricultura

Portugal vai dispor, até 2027, de 5,5 mil milhões de euros da nova Política Agrícola Comum (PAC) para os pagamentos diretos e medidas de mercado. As verbas do primeiro pilar, porém, até aqui canalizadas em exclusivo para a agricultura, podem vir a ser repartidas com as florestas, agora tuteladas pelo Ministério do Ambiente. Essas são as intenções do ministro, Matos Fernandes. Ouvidas pela "Vida Económica", as duas confederações de agricultores – CAP e CNA – insurgem-se. Os produtores de leite, idem. O secretário-geral da APROLEP é taxativo: "A PAC existe na Europa há mais de 50 anos e nunca existiu uma política florestal comum. Os cálculos dos pagamentos diretos do primeiro pilar foram feitos com base nos históricos de produção agrícola e nunca florestal".

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O ex-secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Nuno Russo, disse, em dezembro que o objetivo de manutenção do envelope financeiro da PAC 2021-2027, a preços correntes, "foi alcançado", com um ganho global de 4% para Portugal e com 5,6% nos pagamentos diretos (primeiro pilar) e cerca de 5% para o desenvolvimento rural (segundo pilar).

Portugal vai, assim, ter à sua disposição 9,78 mil milhões de euros até 2027, sendo que 5,5 mil milhões serão destinados aos pagamentos diretos e medidas de mercado e 4,27 mil milhões serão canalizados para o desenvolvimento rural.

Note-se que, neste envelope, está incluído o montante de 354 milhões de euros, que cabem a Portugal no âmbito do instrumento de recuperação da União Europeia 'Next Generation' (Programa de Recuperação e Resiliência – PRR – na designação adotada para Portugal).

Sucedem-se, quanto aos montantes destinados aos pagamentos diretos, a verba pode não vir a ser exclusiva para a agricultura. Numa recente entrevista ao jornal "Público", João Pedro Matos Fernandes, ministro do Ambiente, assumiu a vontade de aplicar o conceito de pagamentos diretos à floresta, que agora tutela. "A expectativa que temos é ter praticamente 1500 milhões de euros da PAC para investir na floresta. O que é que me parece muito importante conseguirmos aqui? É que, de facto, no primeiro pilar [pagamentos directos aos agricultores] haja mesmo verbas destinadas à floresta. Direi até que, do ponto de vista ambiental *tout court*, faz muito mais sentido que as verbas do primeiro pilar, os pagamentos directos para a manutenção das condições ambientais, sejam feitas

em terrenos florestais, porque a sua capacidade de sumidouro de carbono e a sua valia ambiental é muito maior do que a dos terrenos agrícolas", disse nessa entrevista.

**Regras do primeiro pilar da PAC "são exclusivas para o setor agrícola", diz a CAP**

A "Vida Económica" questionou o Ministério da Agricultura, tutelado por Maria do Céu Antunes, sobre as afirmações do ministro do Ambiente, mas não obteve qualquer resposta.

Já Luís Mira, secretário-geral da Confederação da Agricultura Portuguesa (CAP), mostra a sua discordância. "As regras do primeiro pilar da PAC que existem até hoje são exclusivas para o setor agrícola ou agroflorestal, nunca em exclusivo para a floresta", diz.

Por outro lado, "com o atual orçamento [do Estado para 2021], já aprovado, não me parece exequível orientar verbas do primeiro pilar para pagamentos diretos à floresta", alerta Luís Mira. Para o secretário-geral da CAP, "essa situação só seria possível com reforço das verbas para o primeiro pilar, o que não foi equacionado no exercício orçamental da futura PAC". E "convém recordar que estas verbas são 100% comunitárias e são aplicadas, segundo as mesmas regras, a



Maria do Céu Antunes, ministra da Agricultura.

todos os Estados-membros", lembra o mesmo responsável.

A questão é que, se a ideia de Matos Fernandes avançar, as verbas para pagamentos diretos destinadas às florestas serão verbas a menos destinadas aos pagamentos diretos na agricultura. Perguntámos ainda a Luís Mira que consequências poderá haver em cada um dos subsectores da agricultura que hoje bene-

ficiam dos pagamentos diretos (cereais, leite, tomate, olival, entre outros).

O responsável da CAP volta a dizer que, "não estando essa discussão em cima da mesa a nível europeu, esse cenário não se coloca". No entanto, "fazendo o exercício, poderíamos dizer que a consequência mais direta seria o aumento do preço dos produtos ao consumidor", uma vez que "a PAC é uma política que



João Pedro Matos Fernandes, ministro do Ambiente e Ação Climática, quer disputar as verbas do primeiro pilar da PAC com a Agricultura, tutelada por Maria do Céu Antunes.

abrange todos os consumidores da União Europeia, com o objetivo de lhes proporcionar produtos com qualidade e segurança alimentar a um preço reduzido".

**Ajudas diretas à floresta apenas "em determinadas condições práticas", diz a CNA**

A "Vida Económica" também questionou a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) sobre se esta proposta de repartição das verbas do primeiro pilar entre a Agricultura e o Ambiente (florestas) é exequível. João Dinis, dirigente daquela Confederação, não rejeita a ideia, à partida.

"Sendo verdade que a floresta não tem tido ajudas ou pagamentos diretos – ajudas à produção e ao rendimento –

nou a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) sobre se esta proposta de repartição das verbas do primeiro pilar entre a Agricultura e o Ambiente (florestas) é exequível. João Dinis, dirigente daquela Confederação, não rejeita a ideia, à partida.

tem tido ajudas ou pagamentos diretos – ajudas à produção e ao rendimento –

**"Com o atual orçamento [do Estado para 2021], já aprovado, não me parece exequível orientar verbas do primeiro pilar para pagamentos diretos à floresta", alerta Luís Mira, da CAP. Já para a CNA, não há dúvidas: "qualquer tipo de ajuda pública – ajudas já habituais ou ajudas novas – deve ser para se produzir (ligado à produção) e deve ser modulado e plafonado"**

da PAC, admitir-se-á que esse tipo de ajudas também englobe" este setor de atividade, diz João Dinis. Porém, apenas "em determinadas condições práticas", sublinha.

O problema é que, "em consequência, as verbas que, eventualmente, venham a ser para isso definidas não devem sair das verbas já destinadas ao setor agrícola e consignadas no orçamento da PAC (primeiro ou segundo pilares)", diz o dirigente da CNA. Ou seja, "novos destinos devem implicar novas verbas", defende aquele responsável.

Por outro lado, "o Fundo Ambiental, gerido pelo Ministério do Ambiente, apesar de significativo, também tem limites", avisa. É que "dele [Fundo Ambiental] já sai outro tipo de verbas em princípio para apoiar a floresta (no âmbito das

geralmente designadas ajudas ecossistémicas)".

João Dinis alerta ainda para "dois aspectos nucleares que a União Europeia e os sucessivos Governos têm contemplado muito injustamente", tal como acontece nos pagamentos diretos tal como têm vindo a ser sucessivamente pagos pela PAC e que "sempre" têm merecido "a oposição da CNA". Trata-se das "ajudas ou pagamentos diretos definidos e pagos sem a obrigatoriedade de se produzir". Ou seja, "ajudas desligadas da produção e atribuídas sem a aplicação, a sério, da modulação (redução degressiva por escalões) e do plafonamento (imposição de tetos ou limites máximos por agricultor ou por exploração)".

**Ajudas públicas, sim, mas "para produzir", diz a CNA**

Para a CNA, não há dúvidas: "qualquer tipo de ajuda pública – ajudas já habituais ou ajudas novas – deve ser para se produzir (ligado à produção) e deve ser modulado e plafonado".

A questão principal é, contudo, se a ideia avançar, saber se as verbas para pagamentos diretos destinadas às florestas vierem a ser retiradas das verbas até aí destinadas para os pagamentos diretos na agricultura. Também perguntámos a João Dinis que consequências poderá haver em cada um dos subsectores da agricultura que hoje beneficiam desses pagamentos diretos (cereais, leite, tomate, olival, etc.).

"Como é óbvio, haver mais destinos e mais destinatários para os mesmos montantes em ajudas públicas implicará menos verbas a receber por cada um dos setores e respetivos destinatários", começa por dizer o dirigente da CNA. Podemos chegar a um ponto em que "passa a haver uma espécie de rateio, em que ninguém estará de acordo", seja nos "crítérios a adotar" seja, sobretudo, quanto às "verbas em concreto a receber, desde logo por quem já estava a receber ajudas diretas na agricultura e na pecuária".

Em face de tudo isto, a CNA concede: "seja para novos destinos – floresta – ou outros destinatários – produtores florestais – admite-se discutir o assunto". Mas, com uma condição: "desde que seja garantido, nomeadamente pela União Europeia, um aumento das verbas da PAC ou verbas de outras proveniências para cobrir os encargos inerentes a essas novas ajudas ou pagamentos diretos, no caso para a floresta".

## Produtores de leite "muito preocupados com acentuada redução das ajudas" ao setor

Os produtores de leite representados pela APROLEP – Associação dos Produtores de Leite de Portugal estão "muito preocupados" com o impacto da nova Política Agrícola Comum (PAC) no setor leiteiro.

A "Vida Económica" começou por questionar a Associação sobre a proposta de repartição das verbas do primeiro pilar entre a Agricultura e o Ambiente (florestas) defendida pelo ministro do Ambiente.

Carlos Neves, secretário-geral

da Associação, desaprova. Começa por explicar que "a PAC existe na Europa há mais de 50 anos e nunca existiu uma política florestal comum". E frisa que "a PAC foi orientada consoante as necessidades dos consumidores europeus: acabou com a

dos pagamentos diretos do primeiro pilar foram feitos com base nos históricos de produção agrícola e nunca florestal".

Mas o maior problema que o setor leiteiro enfrenta é outro. Carlos Neves revela: "Estamos muito preocupados com a hipótese da redução acentuada das ajudas no setor do leite, pois representam 10% no nosso volume de negócios. As principais bacias leiteiras, Entre Douro e Minho e Beira Litoral, são regiões de minifúndio, com pouca área disponível, o que concentrou as ajudas à produção, na altura do desligamento, em poucos hectares com um valor elevado por hectare".

De acordo com as intenções da Comissão Europeia, é necessário caminhar para uma convergência nos pagamentos aos agricultores, nivelando, a partir de 2023 e até 2026, os apoios europeus em função dos hectares de produção.

A 21 de dezembro, a APROLEP já havia referido, em comunicado, que "a preocupação é agravada pela decisão do Ministério da Agricultura em relação ao período de transição 2021-2022, que provocará uma perda de 12% na ajuda ao rendimento do nosso setor". Para além disso, no âmbito da reforma da PAC até 2027, está "anunciada a redu-

fome, combateu excedentes, manteve preços baixos ao consumidor com segurança alimentar e sustentabilidade ambiental e permitiu a economia social com preocupações de coesão territorial em todas as regiões europeias". Daí que "os cálculos

que sejam encontradas formas de mitigar a redução das ajudas, nomeadamente através do reforço substancial do pagamento ligado e da adoção de eco-regimes adaptados" à produção de leite. Isto de modo a permitir "um futuro mais eficiente e ecológico na produção", "compensando os agricultores pelos serviços que prestam na defesa do ambiente e no combate às alterações climáticas".

Regressando à anunciada intenção do ministro do Ambiente de partilhar as verbas do primeiro pilar da PAC com as florestas, Carlos Neves não tem dúvidas: "se as centenas de milhares de hectares de floresta passarem a receber mais ajudas da PAC, isso significa que o pouco dinheiro do setor agrícola terá que ser dividido por muitos mais hectares". E isso, avisa, "irá reduzir as ajudas [aos produtores de leite] a níveis ridículos".

O secretário-geral da APROLEP deixa um alerta: "Não nos devemos deixar levar por alguma retórica populista, animalista ou ambientalista que possa colocar em causa a paisagem de ordenamento do território das bacias leiteiras, onde as pastagens e forragens são descontinuadores das bolsas de floresta, com todos os be-

nefícios que daí advêm". Carlos Neves tem uma certeza: "tudo o que promover o abandono da agricultura será mau para a floresta". E os "incêndios dramáticos que ocorreram nas regiões com menos vacas e menos agricultura são a prova disso".

Carlos Neves, secretário-geral da APROLEP – Associação dos Produtores de Leite de Portugal.



**Pagamentos diretos nas florestas? Isso irá "reduzir as ajudas [aos produtores de leite] a níveis ridículos"**

Nesse sentido, a APROLEP "espera



Carlos Neves, secretário-geral da APROLEP – Associação dos Produtores de Leite de Portugal.



AUMENTO NOS PAGAMENTOS DIRETOS DEVEU-SE À TRANSFERÊNCIA DE 85 MILHÕES DO SEGUNDO PILAR DA NOVA PAC

# Ministério da Agricultura processou mais pagamentos diretos com recurso às verbas da nova PAC

## O que são e como funcionam os Pagamentos Diretos?

FAQ	O Pedido Único de ajudas no âmbito do primeiro pilar da Política Agrícola Comum (PAC) abarca os seguintes apoios
<b>P - O que são os Pagamentos Diretos?</b> <b>R</b> - São apoios ao rendimento de base concedidos aos agricultores para recompensá-los pelos bens e serviços públicos que fornecem.	<p>O Pedido Único de ajudas abrange:</p> <p><b>I. Os Regimes de Apoio aos Pagamentos Diretos</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Regime de Pagamento Base e Pagamento Redistributivo</li> <li>Pagamento por práticas agrícolas benéficas para o ambiente (<i>Greening</i>)</li> <li>Pagamento para os Jovens Agricultores</li> <li>Regime de Pequena Agricultura</li> <li>Pagamento específico ao algodão</li> <li>Apoios associados voluntários <ol style="list-style-type: none"> <li>Prémio por ovelha e por cabra</li> <li>Prémio por vaca em aleitamento</li> <li>Prémio por vaca leiteira</li> <li>Pagamento específico por superfície ao tomate</li> <li>Pagamento específico do arroz</li> </ol> </li> </ol> <p><b>II. As medidas de apoio do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020)</b></p> <p>Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas</p> <ol style="list-style-type: none"> <li><b>Conversão e manutenção em agricultura biológica</b> Manutenção em agricultura biológica <ol style="list-style-type: none"> <li>Agricultura biológica transitada da produção integrada</li> </ol> </li> <li><b>Produção Integrada</b></li> <li><b>Pagamento Rede Natura</b> Pagamento Natura – Tipo 1 <ol style="list-style-type: none"> <li>Pagamento Natura – Tipo 2</li> <li>Apoios zonais de carácter agroambiental</li> <li>Gestão de pastoreio em áreas de baldio</li> <li>Manutenção de socacos</li> <li>Conservação dos souts notáveis da terra fria</li> <li>Manutenção de rotação de sequeiro cereal-pousio</li> </ol> </li> <li><b>Conservação do solo</b> Sementeira direta ou mobilização na linha <ol style="list-style-type: none"> <li>Enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes</li> </ol> </li> <li><b>Uso eficiente da água na agricultura</b></li> <li><b>Culturas permanentes tradicionais</b> Olival tradicional <ol style="list-style-type: none"> <li>Figueiral extensivo de sequeiro</li> <li>Pomar tradicional de sequeiro do Algarve</li> <li>Amendoal extensivo de sequeiro</li> <li>Castanheiro extensivo de sequeiro</li> <li>Douro Vinhateiro</li> </ol> </li> <li><b>Pastoreio extensivo</b> Apoio à manutenção de lameiros de alto valor natural <ol style="list-style-type: none"> <li>Apoio à manutenção de sistemas agrosilvopastoris sob montado</li> <li>Apoio à proteção do lobo ibérico</li> </ol> </li> <li><b>Recursos genéticos</b> Manutenção de raças autóctones em risco</li> <li><b>Mosaico agroflorestal</b></li> <li><b>Silvoambientais</b> Manutenção e recuperação de galerias ripícolas</li> <li><b>Apoio agroambiental à apicultura</b></li> </ol> <p><b>III. As Medidas de Apoio do Programa de Desenvolvimento Rural da Madeira (PRODERAM 2020)</b></p> <p>Manutenção de muros de suporte de terras</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Preservação de pomares de frutos frescos e vinhas tradicionais</li> <li>Proteção e reforço da biodiversidade</li> <li>Apoio à conversão e manutenção de sistemas de produção para agricultura biológica</li> <li>Apoio à manutenção dos sistemas da agricultura que se já se converteram para agricultura biológica</li> <li>Pagamento Natura 2000 na floresta</li> <li>Pagamentos para compromissos silvoambientais e climáticos</li> <li>Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas</li> <li><b>PRODERAM 2020 - Submedida M08.1 «Apoio aos custos de florestação/criação de zonas arborizadas»</b></li> <li><b>PRODERAM 2020 - Submedida M08.2 «Apoio à implementação e manutenção de sistemas agroflorestais»</b></li> </ol> <p><b>IV. O pagamento do prémio anual</b> destinado a compensar a perda de rendimento decorrente da florestação no âmbito do <b>RURIS – Florestação de Terras Agrícolas</b></p> <p><b>V. O pagamento do prémio anual</b> destinado a compensar a perda de rendimento decorrente da florestação no âmbito do <b>Regulamento (CEE) n.º 2328/91 e do Regulamento (CEE) n.º 2080/92</b></p> <p><b>VI. A medida de apoio da Subação 2.3.2.2 «Apoio à instalação de sistemas florestais e agroflorestais»</b>, do Subprograma 2 do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente do período de Programação 2007-2013 (PRODER)</p> <p><b>VII. PDR 2020 - Operação 8.1.1. «Florestação de terras agrícolas e não agrícolas»</b></p> <p><b>VIII. PDR 2020 - Operação 8.1.2. «Instalação de sistemas agroflorestais»</b></p>
<b>P - O que é o Pedido Único (PU)?</b> <b>R</b> – O Pedido Único consiste no pedido de pagamento direto das ajudas que integram os regimes sujeitos ao Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC), previsto na regulamentação comunitária.	<p>Recorda-se que, em 19 junho, a Portaria n.º 148-B/2020, assinada pela ministra Maria do Céu Antunes, previu, ao abrigo da chamada flexibilidade entre pilares, que ao envelope financeiro destinado ao segundo Pilar (apoios ao investimento) da futura Política Agrícola Comum (PAC 2021-2027) para Portugal fosse retirado, por antecipação, o montante de 85 milhões destinados ao desenvolvimento rural (investimento) até 2027. O objetivo, segundo a ministra da Agricultura, era assegurar pagamentos diretos (do primeiro Pilar, ou seja, verbas de apoio ao rendimento de base concedido aos agricultores para recompensá-los pelos bens e serviços públicos que fornecem) ainda no atual Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) e durante este ano (2020).</p> <p><b>Aumento nos pagamentos diretos com redução das verbas para o investimento</b></p> <p>A medida não foi consensual (ver edição de julho do suplemento "AgroVida"). Na prática, significou que ao envelope financeiro destinado ao segundo Pilar (apoios ao investimento) na futura PAC (2021-2027) para Portugal foram retirados, por antecipação, 85 milhões desti-</p>

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, organismo pagador dos fundos agrícolas comunitários a que passou a presidir João Mateus, procedeu ao pagamento ao setor agrícola e florestal do montante global de 1582 milhões de euros ao longo de todo o ano 2020. Só no dia 31 de dezembro foram pagos 368 milhões de euros, referentes às medidas do Pagamento Único (PU) – Contingente, Pagamentos Diretos (322 milhões) e medidas de Desenvolvimento Rural (46 milhões).

A ministra da Agricultura diz que estamos perante um acréscimo de 168 milhões de euros face ao ano anterior e assume que contribuirá para esse acréscimo "essencialmente" os pagamentos efetuados no âmbito das medidas excecionais decorrentes da pandemia Covid-19, assim como "a transferência do envelope financeiro do Desenvolvimento Rural a título do futuro Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) para os Pagamentos Diretos da Campanha 2020".

Recorda-se que, em 19 junho, a Portaria n.º 148-B/2020, assinada pela ministra Maria do Céu Antunes, previu, ao abrigo da chamada flexibilidade entre pilares, que ao envelope financeiro destinado ao segundo Pilar (apoios ao investimento) da futura Política Agrícola Comum (PAC 2021-2027) para Portugal fosse retirado, por antecipação, o montante de 85 milhões destinados ao desenvolvimento rural (investimento) até 2027. O objetivo, segundo a ministra da Agricultura, era assegurar pagamentos diretos (do primeiro Pilar, ou seja, verbas de apoio ao rendimento de base concedido aos agricultores para recompensá-los pelos bens e serviços públicos que fornecem) ainda no atual Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) e durante este ano (2020).

### Aumento nos pagamentos diretos com redução das verbas para o investimento

A medida não foi consensual (ver edição de julho do suplemento "AgroVida"). Na prática, significou que ao envelope financeiro destinado ao segundo Pilar (apoios ao investimento) na futura PAC (2021-2027) para Portugal foram retirados, por antecipação, 85 milhões desti-

nados ao desenvolvimento rural/investimento, como forma de assegurar mais verbas para os pagamentos diretos.

Todos estes pagamentos, diz Maria do Céu Antunes, "foram essenciais para minimizar os efeitos da pandemia, garantir a resiliência do setor, dando previsibilidade e liquidez aos agricultores, permitindo assim que a agricultura não parasse e continuasse a crescer, nomeadamente nas exportações, mesmo num ano tão difícil marcado pela Covid-19".

Apesar dos constrangimentos decorrentes da pandemia Covid-19, a ministra da Agricultura disse que "o balanço das candidaturas do Pagamento Único 2020 submetidas no final do período normal foi equilibrado face a igual período do

distributivo, que passou de 50 para 124 euros, por hectare, para os primeiros cinco hectares de cada exploração agrícola.

No que ao Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020) diz respeito, há a registar a prorrogação automática, por três meses, dos prazos de execução física e financeira dos projetos cuja data limite para fim de investimento ocorresse entre 1 de março e 15 de junho de 2020.

Também foi dada autorização para apresentação de pagamentos intercalares com faseamento da submissão da despesa e respetivo reembolso. Neste âmbito, o Ministério de Maria do Céu Antunes assegurou o pagamento do adiantamento até 70% sobre a

despesa elegível paga e submetida pelos promotores, que foi validada posteriormente. E ainda se procedeu à agilização na liquidação dos pedidos de pagamento através da atribuição dos incentivos a título de adiantamento, com regularização posterior.

Durante o ano 2020 o IFAP também procedeu ao adiantamento, para agosto, dos pagamentos das ajudas do Pagamento Único (PU) de três medidas do Desenvolvimento Rural, que são habitualmente processados em outubro. O Ministério da Agricultura sublinha que foi "a primeira vez" que tal sucedeu no atual quadro de programação dos fundos comunitários.



Despesa elegível paga e submetida pelos promotores, que foi validada posteriormente. E ainda se procedeu à agilização na liquidação dos pedidos de pagamento através da atribuição dos incentivos a título de adiantamento, com regularização posterior.

### Pagamento Redistributivo de 50 para 124 euros por hectare

Com o país a braços com uma crise sanitária e uma crise económica e social, o setor do vinho foi um dos apoiados pelo Ministério da Agricultura. A ministra Maria do Céu Antunes avançou com um pacote de medidas excecionais, no valor de 18 milhões de euros, destinado à destilação e armazenamento de crise. E ainda determinou a criação de uma Reserva Qualitativa para o vinho do Porto no valor de seis milhões de euros. No âmbito da promoção de

### Setor do vinho: 18 milhões para destilação e armazenamento

Com o país a braços com uma crise sanitária e uma crise económica e social, o setor do vinho foi um dos apoiados pelo Ministério da Agricultura. A ministra Maria do Céu Antunes avançou com um pacote de medidas excecionais, no valor de 18 milhões de euros, destinado à destilação e armazenamento de crise. E ainda determinou a criação de uma Reserva Qualitativa para o vinho do Porto no valor de seis milhões de euros. No âmbito da promoção de

## João Mateus é o novo presidente do IFAP



João Mateus, o novo presidente do IFAP.

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

João Mateus, ex-chefe de gabinete da ministra da Agricultura, é o novo presidente do IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, o organismo pagador dos fundos agrícolas comunitários em Portugal. Assumiu funções a 15 de dezembro, substituindo Rui Martinho, que saiu do cargo para assumir as funções de secretário de Estado da Agricultura.

Antes de chefiar o gabinete da ministra Maria do Céu Antunes, João Mateus era membro do Conselho de Administração e da direção de Inovação do Ceia – Centro de Engenharia e Desenvolvimento.

Antes disso, João Mateus trabalhou como assessor para as Empresas e Inovação no gabinete do Primeiro-Ministro, tendo também desempenhado funções no PACT – Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia e chefiado o gabinete do secretário de Estado da Energia e da Inovação no Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

Nesses pagamentos efetuados em agosto foram contempladas as medidas 'Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas', 'Produção Integrada' e 'Agricultura Biológica', num montante global de 110 milhões de euros. Em outubro, a título das ajudas do PU, foram assegurados os adiantamentos dos Pagamentos Diretos e medidas de Desenvolvimento Rural, num montante que ascendeu a 377 milhões de euros, refere o Ministério de Maria do Céu Antunes.

### PSD "apreensivo" com nomeação de "personalidade sem experiência"

A nomeação de João Mateus

para a presidência do IFAP foi vista com desconfiança pelo maior partido da oposição. Num comunicado emitido a seguir à nomeação, o PSD assumiu que "vê com muita preocupação e apreensão as recentes nomeações que o Governo, através da Ministra da Agricultura, decidiu fazer na presidência do IFAP (Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas)".

O partido liderado por Rui Rio diz que, sendo o IFAP um organismo central do Estado com funções ímpares de elevada exigência técnica na gestão e aplicação dos diversos os fundos comunitários, "o PSD considera preocupante que a presidência seja assumida por uma personalidade sem experiência e não reconhecida na área agrícola".

O PSD considera ainda que "a troca de funções de gabinete ministerial para a presidência de um organismo tão relevante para o futuro de Portugal como é o IFAP demonstra uma decisão inquietante por parte da ministra da Agricultura".

"Apreensivo com o desempenho que o Governo português apoiado no IFAP terá na resposta urgente aos desafios que o setor agroalimentar enfrenta", o PSD lembra a crise sanitária do Covid-19, bem como a implementação do período de transição da PAC que decorre em 2021 e 2022, assim como na definição da PAC 2023-30. E diz que "é crucial implementar de forma eficiente os instrumentos de política pública para o setor agroalimentar", o que, para aquele partido, "não se coaduna com atitudes de nomeações políticas de fim de ciclo".



